

RENOVAÇÃO NA HISTORIOGRAFIA: MARTIUS A VOZ QUE CLAMA NO DESERTO

STHÊNIO DE SOUSA EVERTON*

1. Introdução

A monografia de Friedrich Philipp Von Martius "Como se deve escrever a história do Brasil", estabelecida no ano de 1845, após mais de um século e meio ainda constitui referência cativa nos cursos de historiografia brasileira. Sua produção assinala a preocupação com uma história que tomasse a ideia de um passado nacional, comum a todos os "brasileiros", que teve início com o surgimento político do Brasil independente. Este trabalho, portanto tem como objetivo identificar no tratado historiográfico "Como se Deve Escrever a História do Brasil" de Carl Friedrich Von Martius, um possível sinal de renovação na historiografia nacional. Para tanto se faz necessário uma visão mais geral de quem foi Martius e de sua posição historiográfica no Brasil e no mundo.

Desse modo traremos algumas considerações de estudiosos do tema, com destaque às suas interlocuções e posições divergentes e extravagantes, em seguida nos deteremos em análises mais pontuais a respeito das propostas metodológicas do autor.

2. Martius e a historiografia brasileira

Carl Friedrich Von Martius nasceu na Baviera, atual Alemanha no ano de 1794, cursou Medicina na Universidade de Erlangen, mas optou pela carreira de botânico, nunca chegando a praticar medicina. Virou assistente no jardim botânico de Munique, onde devido ao seu destaque nos estudos, foi um dos escolhidos pelo Soberano bávaro, para compor uma expedição ao Brasil, onde a arquiduquesa Leopoldina iria viver com seu recente esposo, então Dom Pedro, herdeiro do trono português, e posteriormente Imperador do Brasil.

* Universidade Federal do Piauí- UFPI. Orientador: Prof. Dr. Edwar de Alencar Castelo Branco.

Martius desembarcou no Brasil em Novembro de 1817 na companhia de seu grande amigo Joahann Baptist Von Spix com o objetivo de conhecer o país, nas suas viagens pelo interior construiu ao lado de Spix uma das mais célebres obras botânicas de todos os tempos: *Flora brasilienses* (1829). Além desta, outras grandes contribuições marcaram a trajetória de Martius e a nossa literatura em geral, como – *Viagens pelo Brasil (1817 e 1920)*, *O estado de direito entre os autóctones no Brasil (1845)*, com destaque aqui ao célebre tratado historiográfico: *Como se Deve Escrever a História do Brasil* (1843), este último trabalho teve como objetivo pleitear ao concurso de monografias criado pelo então recente Instituto Histórico geográfico Brasileiro (IHGB).

O instituto criado pelo Imperador Dom Pedro I em 1838 na cidade do Rio de Janeiro, onde mantém sede até hoje, marca sem dúvida a iniciativa estatal da tentativa de dar ao Brasil um passado enquanto nação, de modo a delinear os contornos históricos da nossa formação social e cultural. Portanto, a fundação do IHGB nas palavras de Antônio Gasparetto: Marca a institucionalização da escrita de História no país (GASPARETTO, 2009: pág. 46).

A fundação do IHGB é sem dúvida marcada pelas transformações que ocorriam na Europa, sobretudo aquelas que conferiam novos rumos ao campo intelectual e que tiveram grandes reflexos na escrita da História e nas bases de sua concepção. O mundo das letras buscara cada vez mais um alicerce científico para suas explicações históricas, é o momento do iluminismo, dos pressupostos de Newton e da cientificidade Hankiana na História. Em meio a este ensejo o Instituto Brasileiro também criara seu posicionamento conforme o assinalado em breve discurso pelo primeiro secretário perpétuo do instituto Januário da Cunha Barbosa:

Começamos hoje um trabalho que, sem dúvida, remediará de alguma sorte os nossos descuidos, separando os erros e enchendo as lacunas que se encontram na nossa história. Nós vamos salvar da indígena obscuridade, em que jaziam até hoje, seus melhores filhos; nós vamos assinalar, com a possível exatidão, o assento de suas cidades e villas mais notáveis, a corrente de seus caudalosos rios, a área de seus campos, a direção de suas serras, e a capacidade de seus inumeráveis portos.
(GASPARETTO, 1839:12)

Portanto o IHGB seria aquele que fomentaria a construção da nossa História baseada em fatos evidenciados por provas incontestáveis, “O que realmente passava-se a evitar durante o século XIX era o providencialismo, e obviamente o IHGB recusava tal via de produção”. (GASPARETTO, 2009:48). Havia a intenção de mostrar um Brasil nação com heróis dignos de grandes biografias, e seus grandes feitos no tempo e espaço.

Diante do exposto era de se esperar que a corrente positivista europeia influenciando assim nosso instituto, pudesse fazer rejeitar uma obra como o tratado historiográfico de Von Martius, devido aos aspectos revolucionários das propostas que Martius apresentava, sobretudo, para a primeira metade século XIX.

3. Algumas opiniões a respeito dos trabalhos de Martius

Na construção deste artigo surgiu a necessidade de – antes de tratar diretamente do que Martius propõe para a construção de nossa história e para o nosso proceder enquanto historiadores – buscar algumas referências de estudiosos que ao longo dos anos teceram indispensáveis considerações sobre Von Martius. Portanto, aqui terão destaque às contribuições de Karen Macknow Lisboa, Temístocles Cezar.

Karen Macknow Lisboa é doutora em História pela Universidade Federal de São Paulo, pesquisa dentre outros temas, as viagens, os viajantes e escritos de viagens europeus no Brasil dos séculos XIX e XX, o discurso racial, as construções identitárias e de nação e os escritos de viagem e historiografia.

Ao escrever sua obra, *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)* trata de outra obra de Martius (*Viagem pelo Brasil*), porém traça interessantes comentários sobre a obra – *Como se Deve Escrever a história do Brasil*. Para a autora Martius ao escrever o tratado historiográfico nos trás uma alusão à mistura das raças:

Ora, uma análise mais criteriosa mostrou-nos justamente que essa suposta igualdade baseia-se numa espécie de racismo, que visa, por intermédio da mistura das raças, o branqueamento da sociedade e a paulatina exclusão das demais etnias, consideradas inferiores, no processo civilizador. (LISBOA, 1997:183).

A autora afirma que Friedrich Martius era defensor do “branqueamento das raças” ao endossar a miscigenação. Esse processo seria responsável por eliminar as “raças inferiores”, sendo que raça branca, por ser supostamente a mais forte, reagiria de tal forma sobre as outras, que estas por sua vez acabariam desaparecendo. Lisboa baseia-se em análises da conjuntura política e cultural da época, que junto a supostas leituras que Martius teria feito, ficaria evidente que este seu trabalho eram veículo para dispersão de uma orientação monárquica constitucional. Von Martius, portanto, em todos os seus apontamentos nos leva a um único sentido: a formação de um Brasil-nação branco - português monarquista e de um historiador orientado para construir esse país, essa “Atlântida”.

Lisboa não é apenas crítica de Martius, ela também lhe dá certos reconhecimentos, principalmente no que diz respeito à produção de uma história regional, que não perdesse de foco a unidade, ou seja, particularizar para depois generalizar. Também comenta a importância que o bávaro dá aos índios e negros no movimento da constituição do Brasil-nação, mas sempre compreendendo nessas propostas o objetivo de ver na raça branca o motor maior para a condução dessa nação.

Karen Lisboa procura identificar as propostas de Martius com as principais leituras europeias do período e seus conceitos e ideias com a construção da sua obra aconselhativa: “Martius teria encontrado no pensamento de Voltaire e de Kant as matizes do conceito de ‘humanidade única’, conduzida pelo ‘gênio da história’”. (LISBOA, 1997:183). Também nos traz as ideias a respeito, de pensadores como Arno Wehling e sua concepção de Martius como um “historicista pró-naturalista”, além de análises de outras figuras como Michel Salgado Guimarães, e José Honório Rodrigues.

O problema da historiadora Karen Lisboa ao analisar a obra de Martius foi justamente ter parado na primeira parte da “exegese historiográfica”. Ela estudou o contexto histórico no

qual Martius estava vivendo, “juntou” com pedaços da obra e definiu: o botânico era monarquista e europeu que possuía leituras que defendiam a “vitória” do conquistador europeu frente a outras raças. “Todavia o que nos poderia parecer uma revisão das suas concepções setecentistas, profundamente marcadas pelas ideias para De Pauw, dificilmente se sustenta”. (LISBOA, 1997:180). Portanto para Karen Lisboa, Martius não era “filho do seu tempo”, mas sim “um prisioneiro em detenção perpétua”, condenado a viver e escrever para toda sua vida apenas o que o seu tempo, em seus maiores intelectuais e escritores, em forma generalizante aceitavam e defendiam.

Lisboa nos traz uma opinião sobre o trabalho de Martius particularmente importante por contribuir para uma visão mais geral da época e da constituição da obra, porém pouco fecunda em muitos aspectos. Existe a necessidade de compreender a obra do historiador para além de visões política do passado e de seus trechos isolados. Este esforço intelectual é encontrado em trabalhos como os do professor Doutor Temístocles Cezar, sobretudo em seu artigo intitulado: *Como se deveria ser escrita da história do Brasil no século XIX*.

Cezar considera a obra de Martius como um todo e procura mostrar a importância e simbologia da escolha da obra pelo IHGB:

Não se trata apenas de uma recusa de modelos antigos da historiografia, mas da afirmação de uma nova abordagem histórica, a história filosófica, perspectiva presente no IHGB desde a sua fundação, [...] e que também orienta o plano vencedor de Martius. (CEZAR. 2003:175).

Cezar aponta para a divisão da obra de Martius e destaca a forma como ele direciona o estudo da história do Brasil ao ressaltar a primazia dos indígenas em território brasileiro uma vez que este dado “não constituía uma evidência” no período. Tal aspecto terá importante influência de na produção historiográfica do IHGB.

Martius orienta uma história reflexiva que dê igual importância aos elementos que contribuíram para a formação do homem brasileiro, ao propor uma análise combinatória das

três raças embora haja uma correspondência com o argumento essencialista sem deixar de fora o romantismo predominante na época, essa proposta é revolucionária no sentido de que insere os negros e os índios no processo de constituição da nacionalidade brasileira que no caso do negro, segundo Cesar, antecipa uma solução epistemológica para o escravismo.

O autor também ressalta a importância que Martius dá ao método da comparação na produção de análises mais generalizantes. Martius orienta os historiadores a reunir as especificidades regionais de modo a apresentar suas particularidades conhecidas e estabelecer os pontos de intersecção entre essas histórias.

4. O que nos fala Martius

Buscar entender o que Friedrich Von Martius propõe em seu tratado requer, a não tão fácil leitura profunda, leitura que não busque respostas rápidas, muito menos conclusões isoladas, ler e por assim dizer, interpretar o “Como se deve escrever a história do Brasil” necessita de uma visão total da sua obra e não visões de partes isoladas. Lembro-me a primeira vez que li a referida obra, e como minha impressão inicial foi: “Martius defendia a superioridade racial do português frente às raças indígenas e negra, ou etiópica, como ele gosta de falar”. Ao discutir com uma amiga da disciplina ela me mostrara uma leitura diferente e bem mais incisiva sobre o trabalho.

Este fato nos leva a um exercício de metodologia por mostrar como o modo pelo qual lemos os textos e assim também nossas fontes como historiadores são decisivas para os resultados que podemos encontrar. Uma leitura superficial da obra de Martius jamais nos daria provas da complexidade e da atualidade de seu tratado. O trabalho do historiador se assemelha ao exercício de “exegese bíblica”, onde primeiramente partimos de um contexto mais geral, mas no final nos apegamos diretamente com o texto escolhido para análise.

Como se deve escrever a história do Brasil nos trás mais do que um manual de pesquisa, de um procedimento do historiador, esta obra antecipa para nós a concepção do que pode vir a ser um objeto do trabalho historiográfico, assim também a conceptualização do que seria um bom historiador e também a sua concepção de História – uma historia filosófica.

A tese principal que Martius defende, sendo maior consenso entre os historiadores que o analisaram, é que:

Tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor cobre ou americana, a branca ou a caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem como cunho muito particular. (MARTIUS, 1845: 01).

Portanto Martius defendia a tese que qualquer historiador, escritor que se propusesse a escrever a história do Brasil, teria como fator de análise maior a conjugação étnica e cultural que ocorria no Brasil. Lembremos que Martius está no século XIX, onde o tráfico negreiro e a exclusão indígena ainda persistiam com força. Portanto a ideia de que a história desses povos era necessária para se entender o Brasil deve ter encontrado certas resistências Brasil afora. “Sei muito bem que brancos haverá, que a uma tal ou qual concorrência dessas raças inferiores tachem de menoscabo a sua prosápia;” (MARTIUS, 1845:382).

Para o bávaro as três principais raças competiam para o desenvolvimento da nação, logicamente não em pé de igualdade, pois a implicação desse desenvolvimento, do sangue português, que era o conquistador, é diferente da implicação da cultura africana e da cultura ameríndia “cada uma das particularidades físicas e morais, que distinguem as diversas raças, oferece a este respeito um motor especial” (MARTIUS, 1845:382).

Para ele se a energia da sociedade britânica, que é fruto da união de povos do norte europeu, povos diferentes, mas próximos, imagine-se então misturar três raças tão distintas. O resultado disto não poderia ser outro se não “formar uma nação nova e maravilhosamente organizada”. Ora Martius não defende com isso a sobreposição da raça portuguesa sobre as outras, ou um “branqueamento” da raça indígena e negra, como sendo o motor desta nova nação, mas sim a mescla das três, cada uma com a sua influência, que não necessariamente ofuscava as outras raças, pois como ele afirma “tanto os indígenas, como os negros, reagiram sobre a raça predominante”.

Raça predominante para Martius, pois como já afirmado antes, o português como o elemento colonizador, que não só reagiu sobre a raça indígena, mas também incluiu o elemento africano aqui nesta parte do globo e assim também sofreu influência de ambas, tem por assim dizer papel de mais relevância para o botânico. Suas instituições, sua organização social foram dominantes para a formação deste país. Esta nação antes de tudo é fruto da colonização portuguesa, antes disso, poderia existir qualquer sociedade, nação, ou reino por estas terras, menos um Brasil. Diante disto fica evidente que Martius neste tratado defende um país multicolor, um país culturalmente onde a junção das três raças é sobressalente.

Durante toda a obra Martius nos dá algumas pistas do que para ele seria um “bom historiador”. Vale lembrar que ele era um botânico e não historiador, portanto ao escrever um tratado de tal natureza, ele necessariamente precisava definir o que ele entendia como historiador. Historiador humano e profundo, autor filosófico, verdadeiro historiador, historiador reflexivo, essas dentre outras expressões nos ensina como a concepção de historiador de Martius estava intrinsecamente ligado a uma história filosófica e pragmática. Em diversas passagens apesar das poucas referências, suas concepções comungam perfeitamente com a ideia de humanidade, tipicamente defendida pelo iluminismo. Para Martius o historiador devia ser embutido de um senso de pesquisa pragmática e deveria possuir um “espírito vivificador” que em sua opinião se tratava de uma “filantropia transcendente”, na qual o historiador não deveria simplesmente “eleger” atores principais para seu trabalho, mas sim considerar “o homem em qualquer situação”.

Martius, portanto deixa dirigir suas concepções de historiador para uma historiografia filosófica e pragmática. Entende-se aqui por historiografia filosófica sendo segundo Wheling,

No jargão setecentista, entendia-se por ‘historiografia filosófica’ justamente aquela que, por empatia humanista, discernia para além da multidão de pequenos ou grandes acontecimentos políticos, que dominavam as diversas formas que então assumia a escrita da história, os movimentos profundos, cujo fio condutor poderia esta na ‘natureza humana’ de Kant ou na ‘realização da ideia’ de Hegel. (WHELING, 1994:725).

Ao passo que à historiografia pragmática, “por sua vez, caberia indicar ou inspirar soluções para as questões do mundo contemporâneo à luz da história” (WHELING, 1994:725).

Martius e sua insistência na crença de um “motor da história” ou de um “gênio da história” evidencia sua aproximação com concepções kantianas e voltairianas. Segundo Wehling esse motor ao qual Martius se refere seria parte da ideia de que o processo histórico seria dirigido por uma força da qual, todos estaríamos sobrepujados e da qual o homem não pode fugir, de forma mais inteligível, era a ideia mais ou menos que temos hoje, de destino.

Além de como devia ser um historiador ele também ensina seu proceder enquanto pesquisador. Estamos falando da história do Brasil, para Friedrich Von Martius estamos ainda falando da história dos povos que aqui habitam e se misturaram. Portanto antes de tudo para ele, cabia ao historiador buscar trazer da “escuridão” a história dos indígenas, que há tempos encontra-se pouco fundamentada em documentos históricos e mais em estórias de viajantes, cronistas, etc. Defendia, portanto que o pesquisador primeiramente comparasse os índios brasileiros com os índios das outras nações americanas, em seguida este deveria mergulhar na “esfera da alma” tendo a língua como principal documento histórico. Segundo Wehling uma possível influência de uma perspectiva iluminista.

O estudo da língua dos nativos brasileiros deveria ser mais vítima de investimentos por parte dos brasileiros, Martius sugere ao IHGB que designasse linguísticos a estudarem, e a produzirem dicionários das diversas línguas indígenas, antes que estas, por causa da intensa fusão, acabassem sendo extintas. O estudo linguístico dos indígenas estava ligado, em sua perspectiva, ao estudo de toda constituição das sociedades indígenas. Principalmente do aspecto religioso. Através desses primeiros passos o “historiador filosófico” poderá cada vez mais mergulhar na complexidade das sociedades indígenas. Para tanto é necessário que este seja “afoito” e “desprevenido”. É necessário, portanto tenha sede e seja desprovido de medos para a pesquisa não menos trabalhosa. O que Martius propõe é um estudo multidisciplinar envolvendo diversas áreas do conhecimento humano.

Outro ponto que muito chama atenção na obra de Martius e que pode ser elencado como um dos aspectos onde ele inova ao tratar o tema é a ampliação do que pode ser considerado um objeto do historiador. Martius propõe que nós historiadores estudemos sim, os grandes homens, as histórias consideradas mais importantes, como as rotas marítimas, o sistema social que definia as estratégias de povoamento, e assim por diante, mas não somente isto. Este é um ponto que mostra sua visão mais abrangente, para ele o historiador deveria,

Mostrar como ai se estabeleceram e desenvolveram as ciências e artes com o reflexo da vida europeia. O historiador deve transportar-nos à casa do colono e cidadão brasileiro; ele deve mostrar-nos como viviam nos diversos séculos, tanto nas cidades como nos estabelecimentos rurais, como se formavam as relações do cidadão para com seus vizinhos, seus criados e escravos; e finalmente com os fregueses nas transações comerciais. Ele deve juntar-nos o estado da igreja, e escola, levar-nos para o campo, às fazendas, roças, plantações e engenhos. (MARTIUS, 1845:394).

Com relação aos negros, nos diz Martius,

Mister é indagar a condição dos negros importados, seus costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturais, preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes próprias a sua raça em geral, etc., etc., se demonstrar quisermos como tudo reagiu sobre o Brasil. (MARTIUS, 1845:397).

Aqui fica claro que Martius possui uma visão universalista do que seja história, e dos seus objetos de estudo. O bom historiador deve, ressalta ainda, pesquisar as teogonias, mitos,

lendas, engenharia das casas coloniais, a língua dos povos, seus preconceitos, suas virtudes, etc.

Martius esta no século XIX, conhecido na historiografia mundial como século dos positivistas e sua história dos “grandes nomes” e dos “grandes fatos”, no entanto, para parte deste globo, já nos propõe a mais de cem anos uma história da qual, sob os aspectos aqui apresentados (principalmente da riqueza, da universalidade dos objetos a serem pesquisados por nos historiadores) outorgamos à historiografia francesa, centrada no “mito” da história nova. Mito não porque não exista, seja viável ou mesmo importante, mas por se propagar como uma espécie de vanguarda da produção historiográfica mundial.

Como nos afirma a historiadora Emilia Viotti da Costa essa História nova “não é tão nova assim”. Na historiografia mundial semelhantes trabalhos podem ter existido de forma esporádica, e sem lograr visibilidade sequer chegaram ao nosso conhecimento. Martius e seu tratado enquadram-se nessa perspectiva, pois por muito tempo foi visto como um intelectual que reafirmava o colonialismo em sua escrita. Depois de muito tempo surgiram estudos sérios e com o aprofundamento necessário o que nos permitiu ter uma visão mais complexa e real da verdadeira significância de Martius para nossa historiografia.

Martius em pouco mais de vinte paginas consegue desenvolver uma rede de conselhos, para a historiografia brasileira que, como nos afirma Wehling “Von Martius continuou referência obrigatória” na historiografia brasileira do século XIX. Martius considerando o tamanho espacial que compreendia o Brasil, também traçou um primeiro esboço de uma historia regional para o Brasil. História regional que ao contrário do que pensara Silvio Romero, não tinha pretensão de “particularizar” ou “fragmentar” a recém-nascida nação brasileira.

Pelo contrário, Martius compreendia que, o Brasil por sua variedade de lugares, climas e etnias necessitava primeiramente de estudos locais para que depois se conseguisse reunir todos os estudos de forma mais abrangente. “quão diferente é o Pará das Minas! Uma outra natureza, outros homens, outras precisões e paixões, e por conseguinte outras conjecturas históricas” (MARTIUS, 1845:400). O objetivo era claro, construir uma identidade nacional do Império brasileiro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a formação da historiografia brasileira no século XIX e XX passa necessariamente pelo tratado “*Como se Deve Escrever a História do Brasil*” de Carl Friedrich Von Martius. O IHGB fundado em 1838 como nos aponta Gasparetto “marca a institucionalização da escrita da história” no Brasil. A obra de Martius publicada e aclamada pelo instituto alguns anos depois de sua fundação torna-se, portanto um manual para novos historiadores.

Martius inova ao buscar identificar a peculiaridade, a característica fundante da nossa nação, a colonização portuguesa e o que entendemos hoje como a miscigenação das raças. Num tempo de escravidão intensa, Martius insere de forma grandiosa o elemento indígena e negro na formação da nação brasileira como endossa o próprio botânico,

Nos pontos principais a história do Brasil será sempre a história de um ramo de portugueses; mas se ela aspirar a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática, jamais poderão ser excluídas as suas relações para com as raças etiópica e índia. (MARTIUS, 1845:16)

Botânico atrevido, Martius embutido de sua historiografia filosófica, nos desenha um proceder metodológico, que em geral iniciava de grandes características das sociedades analisadas, até o mais corriqueiro e complexo. Método historiográfico que precisava fazer com que o historiador mergulhasse da língua dos nativos, indo até suas religiosidades, por exemplo. Além do método do historiador, Martius nos mostra o que para ele pode ser objeto de pesquisa dos historiadores.

No Brasil como país de extensões continentais Martius amplia as dimensões do que seja objeto da historiografia, entendendo necessitar de análise não somente, as relações

comerciais e econômicas do Brasil com as índias, como também da moradia das pessoas, da economia de subsistência, das línguas dos povos seus costumes e praticas. Por esta mesma razão se fazia necessário também que o historiador que se propusesse a escrever uma “história do geral do Brasil” levasse em consideração as inúmeras diferenças, das mais diversas ordens, naturais ou sociais, das regiões do Brasil. Martius esboçava assim uma defesa por uma historia regional, não fragmentada, mas sim constituidora de todo o país.

Diante do exposto jugo pertinente que ao analisarmos este tratado historiográfico, possamos realmente considera-lo por completo e não simplesmente tomar parte pelo todo. Martius não é nenhum “aboliconista” da primeira metade do século XIX, é verdade que como monarquista que era, defendia que um futuro grandioso do Brasil teria que acontecer enquanto império, mas isso não necessariamente explica tudo que precisamos saber sobre o que ele escreveu. Se foi influenciado por Kant ou por Augustin Thierry, importante por certo é. Agora definir Martius somente pelas suas leituras sem levar em conta a apreciação da sua obra de forma integra, é no mínimo deselegante por parte de nós historiadores.

Entendo Martius como em um analogismo a figura bíblica de João Batista, profeta que vivia num deserto no tempo de Jesus e que, muitos passavam por ele, mais poucos conseguiam entender o que ele falava. Assim como João batista, nosso botânico conselheiro da historiografia, recomendava uma serie de observações. No caso de Martius para se construir uma história do Brasil, já no caso do profeta, para uma vida de acordo com os planos de Deus. A diferença pode entre dois pode está no fato de que, pela narrativa bíblica, o profeta João batista, escolheu viver no deserto, já não podemos aplicar o mesmo a Martius. É incrível o silêncio que se faz a respeito de sua figura.

Por fim encerro com a frase do próprio Martius que resume a sua própria concepção de historia: “A história é uma mestra não somente do futuro, como também do presente”.

6 BIBLIOGRAFIA

CEZAR, Temístocles. *Como deveria ser a escrita da história no século XIX*. Ensaio de história intelectual. In: Sandra Pesavento. (Org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. História cultural: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, v., p. 173-208.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1990.

GASPARETTO, Antonio. *O Brasil na História: elementos e preposições para a construção da historiografia Brasileira no âmbito da fundação do IHGB*. Juiz de Fora Revista Ibérica, ano III, N°11, agosto-novembro/2009.

LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Revista do IHGB. Rio de Janeiro 6 (24): 389-411. 1845.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **REGO**, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed, 34, 2002.

WHELING, Arno. *A concepção histórica de Von Martius*. Revista do IHGB (155(385), 721-731), out/dez., 1994.